



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
Fonte: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/337>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Referência

PEIXOTO, Allana; MELO, Carlos Eduardo Luna de; LIRA, Flaviana Barreto. O conceito de integridade na conservação da arquitetura moderna. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 27-45, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2021.v6.337>. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/337>. Acesso em: 28 nov. 2023.

O conceito de integridade na conservação da arquitetura moderna

Allana Peixoto, Carlos Eduardo Luna de Melo e Flaviana Barreto Lira

Resumo

A conservação do patrimônio arquitetônico envolve um processo de análise do bem no decorrer do tempo e tem como objetivo a manutenção do seu valor patrimonial. Os conceitos contemporâneos de significância cultural, autenticidade e integridade têm atuado como elementos balizadores das ações de conservação sobre o patrimônio. Dentro desse contexto, percebe-se que algumas obras da arquitetura moderna têm apresentado problemas que impactam diretamente a significância, a integridade, a autenticidade e, conseqüentemente, a manutenção das suas características de valor patrimonial. Observa-se, muitas vezes, a existência de conflitos entre as condições de degradação do bem e a manutenção do seu valor patrimonial, indicando dificuldades quanto à proposição de ações conservativas que possam gerar um menor impacto possível sobre tais valores. Apesar da importância do conceito de integridade no processo de conservação do patrimônio, ainda não há um consenso claro quanto ao sentido exato de sua aplicação ou ao estabelecimento de parâmetros específicos que possam guiar a sua avaliação na prática. O objetivo do presente trabalho é apresentar a importância do conceito de integridade dentro do contexto das ações de conservação e intervenção sobre os edifícios da arquitetura moderna e os principais desafios inerentes à sua aplicação prática no processo de conservação. Conclui-se que a integridade deve ser operacionalizada como ponto central do processo de conservação do patrimônio moderno, podendo apontar a necessidade de realização de intervenções e ações de manutenção em momento anterior à necessidade realização de intervenções de maior impacto, onde já se observa um avançado processo de degradação sobre o bem.

Palavras-chave: integridade, arquitetura moderna, conservação, patrimônio.

Abstract

The conservation of architectural heritage involves a process of analyzing the property over time and aims to maintain its heritage value. Contemporary concepts of cultural significance, authenticity and integrity have acted as guiding elements of conservation actions on heritage. Within this context, it can be seen that some examples of modern architecture have presented problems that directly impact significance, integrity, authenticity and, consequently, the maintenance of their patrimonial value characteristics. It is often observed the existence of conflicts between the degradation conditions of the buildings and the maintenance of its patrimonial value, indicating difficulties regarding the proposition of conservative actions that can generate the least possible impact on such values. Despite the importance of the concept of integrity in the heritage conservation process, there is still no clear consensus on the exact meaning of its application or the establishment of specific parameters that can guide its assessment in practice. The objective of this work is to present the importance of the concept of integrity within the context of conservation and intervention actions on buildings of modern architecture and the main challenges inherent to their practical application in the conservation process. It is concluded that integrity must be operationalized as a central

point in the process of conservation of modern heritage, and may point to the need for interventions and maintenance actions prior to the need for interventions of greater impact, where there is already an advanced degradation process.

Keywords: integrity, modern architecture, conservation, heritage.

Resumen

La conservación del patrimonio arquitectónico implica un proceso de análisis de la propiedad a lo largo del tiempo y tiene como objetivo mantener su valor patrimonial. Los conceptos contemporáneos de importancia cultural, autenticidad e integridad han actuado como elementos guía de las acciones de conservación del patrimonio. Dentro de este contexto, se puede ver que algunas obras de arquitectura moderna han presentado problemas que afectan directamente la importancia cultural, la integridad, la autenticidad y, en consecuencia, el mantenimiento de sus características de valor patrimonial. A menudo se observa la existencia de conflictos entre las condiciones de degradación de la propiedad y el mantenimiento de su valor patrimonial, lo que indica dificultades con respecto a la proposición de acciones conservadoras que pueden generar el menor impacto posible sobre dichos valores. A pesar de la importancia del concepto de integridad en el proceso de conservación del patrimonio, todavía no existe un consenso claro sobre el significado exacto de su aplicación o el establecimiento de parámetros específicos que puedan guiar su evaluación en la práctica. El objetivo de este trabajo es presentar la importancia del concepto de integridad dentro del contexto de las acciones de conservación e intervención en edificios de arquitectura moderna y los principales desafíos inherentes a su aplicación práctica en el proceso de conservación. Se concluye que la integridad debe operacionalizarse como un punto central en el proceso de conservación del patrimonio moderno, y puede señalar la necesidad de intervenciones y acciones de mantenimiento antes de la necesidad de intervenciones de mayor impacto, donde ya existe un avance proceso de degradación en la obra.

Palabras-clave: integridad, arquitectura moderna, conservación, patrimonio.

Introdução

A conservação do patrimônio deve ser encarada como um processo que envolve a análise do bem no decorrer do tempo, em seus aspectos estéticos e históricos, devendo possuir como objetivo prioritário a manutenção do seu valor patrimonial, enquanto objeto de memória e de representação de um povo.

Esse processo deve considerar a existência do edifício no passado, analisando os processos valorativos do bem no tempo, o que permanece de valor no presente, considerando que os valores percebidos pela sociedade podem se modificar com a passagem do tempo, com vistas a sua transmissão para o futuro. Atualmente, em especial a partir da exigência da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) de declarações de integridade, autenticidade e valor universal excepcional para bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial¹, o

¹ Os procedimentos operacionais para a aplicação dos mecanismos estabelecidos na Convenção do patrimônio mundial (1972) estão dispostos nas "Diretrizes operacionais para a implantação da Convenção do patrimônio mundial" (*Operational guidelines for the implementation of the world heritage Convention*), as quais são periodicamente revistas de modo a refletir conceitos, procedimentos e metodologias atuais. O última revisão é do ano de 2019 e está disponível em <<https://whc.unesco.org/en/guidelines/>>

caminho para o estabelecimento de parâmetros específicos de conservação, que ajudem a direcionar as decisões de intervenção para a manutenção do valor patrimonial de uma obra, considerando a passagem do tempo sobre esta, é avaliar sua significância cultural e suas condições de autenticidade e integridade.

Autores como Silva (2012), Loreto (2016) e Lira (2018) apontam para a importância do entendimento da relação entre os conceitos de significância cultural, autenticidade e integridade. Tais conceitos devem atuar como balizadores das ações de conservação sobre o bem e guiar a intervenção para a manutenção máxima possível do seu valor patrimonial.

A análise de autores como Stovel (2007), Zancheti e Hidaka (2010) e Silva (2012) aponta para o entendimento da integridade, por exemplo, no sentido de completude e caráter intacto da obra. Ou seja, quanto a obra representa de forma completa e intacta a significância e seu o valor enquanto patrimônio.

Se a integridade da obra é perdida, conseqüentemente, há grande risco de perda da sua significância cultural e autenticidade, pois não existiria reminiscência física suficiente e completa para expressar materialmente o valor desta como patrimônio e, muito menos, para continuar sendo representada de forma autêntica e verídica no sentido material.

Este artigo se propõe a discutir os desafios da garantia da integridade em obras da arquitetura moderna. Antes de iniciar tal discussão, é imprescindível entender a que nos referimos quando falamos de arquitetura moderna. Jokilehto (2003, p.109, tradução nossa) dá uma importante contribuição ao afirmar:

Modernidade não é um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou todas as regiões do mundo e é expressa em uma variedade de formas. É esta pluralidade de expressões que representa nossas culturas contemporâneas e que forma nosso patrimônio recente.

Paula Silva (2012, p. 97), ao revisar a historiografia sobre arquitetura moderna, também traz importante contribuição para a compreensão do seu significado:

Por arquitetura moderna entende-se uma arquitetura que é consciente de sua modernidade e esforça-se por provocar mudança (COLQUHOUN, 2002). Refere-se à produção arquitetônica que aconteceu entre os anos 1920 e 1980, 'baseada em novas técnicas construtivas e na nova estética das vanguardas artísticas que geraram novas formas de ver e conceber o espaço arquitetônico'

(MOREIRA & NASLAVSKY, 2010, p.2). No início, as tendências do modernismo foram expressas em diversas áreas, incluindo a pintura, a escultura e a arquitetura. Reduziu-se a distância entre 'artes plásticas' e 'artes aplicadas', e verificou-se um descolamento dos modelos tradicionais (JOKILEHTO, 2003).

No que se refere à conservação das obras deste período, uma questão parece premente: seriam os critérios de conservação aplicados a obras de períodos anteriores adequadas à arquitetura moderna?

Parte-se do princípio de que a resposta para esta questão é sim, como apontam os estudos de Prudon (2008), Moreira (2010), Silva (2012) e Macdonald (2013). A teoria que fundamenta a conservação do patrimônio de períodos anteriores pode ser aplicada às obras da arquitetura moderna, todavia esta não é uma aplicação direta. Isso porque, os edifícios modernos rompem a lógica projetual e construtiva tradicional, ao introduzir novas e variadas concepções arquitetônicas, novos materiais, tecnologias e estruturas.

Susan Macdonald (2003), a sua vez, ao buscar clarear as particularidades da arquitetura moderna com vistas à sua conservação, identifica sete questões que devem ser consideradas: projeto e funcionalismo, tempo de vida, materiais, detalhamento, manutenção, pátina do tempo e reconhecimento.

Macdonald (2003) afirma ainda que o uso de materiais sem o adequado conhecimento de sua durabilidade e performance, bem como a utilização de materiais tradicionais de novas maneiras, características essas da arquitetura desse período, trouxeram muitos problemas construtivos, como o desgaste precoce do edifício. Outro aspecto apontado pela autora que traz desafios à conservação é o abandono de formas tradicionais de detalhar, com o objetivo de alcançar uma "nova estética", bem como a ausência de um adequado conhecimento da melhor forma de utilizar os novos materiais. A autora explicita que, em razão disso, muitos edifícios do século XX não têm passado pelo teste do tempo, o que implica riscos maiores de perda desse legado, pois eles estão mais sujeitos a processos de deterioração acelerada.

Grementieri (2003), ao discorrer sobre a noção de autenticidade e integridade traz uma importante reflexão sobre a aplicação dessas às obras modernas:

Integridade e autenticidade, dois princípios fundamentais para a teoria moderna da preservação e requisitos fundamentais para a classifica-

ção [na Lista do patrimônio mundial], impõem desafios diversos para o patrimônio do século XIX e XX. Em uma primeira análise, os problemas mais complexos parecem ser aqueles que afetam grande parte da produção ortodoxa do Movimento Moderno, cuja construção transitória e experimental implica um mau envelhecimento e a deterioração acelerada. Nesse caso, autenticidade e integridade são envolvidas por um longo e inconcluso debate acerca das categorias de ideia, espaço e forma ou materiais de diferentes maneiras, distanciando-se da forma como os critérios são aplicados no patrimônio de períodos anteriores (GREMENTIERI, 2003, p.88, tradução nossa).

Realizada essa breve contextualização do que se entende por arquitetura moderna e os desafios impostos pela sua conservação, este artigo se propõe a discutir sobre o caso de obras com estrutura em concreto armado da arquitetura moderna que têm apresentado problemas que impactam diretamente a sua integridade e a sua autenticidade, e que estão ligados à consistência física, à materialidade da obra e à manutenção das características originais do material.

Nesses casos, observa-se um aparente conflito entre a necessidade de restabelecimento do desempenho da estrutura e a manutenção do seu valor e da sua significância, gerando dificuldades para a proposição de ações conservativas sobre tais bens sem a possibilidade de gerar impactos negativos sobre a sua significância.

As estratégias de conservação devem, portanto, considerar aspectos de desempenho, durabilidade e manutenção dos atributos patrimoniais, para auxiliar no julgamento das ações de intervenção sobre o patrimônio moderno, guiados pela operacionalização da avaliação da integridade, da significância e da autenticidade.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, apresentar a importância do conceito de integridade e sua operacionalização como aspecto essencial para a prática das ações de conservação e intervenção nos edifícios arquitetura moderna e analisar os desafios de sua aplicação prática no processo de conservação.

O conceito de integridade na conservação do patrimônio

O caminho para o estabelecimento de parâmetros específicos de conservação que ajudem a direcionar as decisões de intervenção para a manutenção do valor patrimonial de uma obra é avaliar o seu estado quanto

aos conceitos de significância cultural, autenticidade e integridade. Estes devem atuar como balizadores das ações de conservação e guiá-la para máxima manutenção possível do valor patrimonial do bem.

De acordo com Lira (2020), embora tais conceitos venham sendo apresentados de forma isolada no sentido teórico, na prática da conservação e da intervenção sobre o patrimônio, tal separação não se mostra pertinente, pois há uma influência direta de um conceito sobre o outro, o que não permite que sejam vistos separadamente em termos práticos. Juntos, tais conceitos têm guiado a gestão da conservação na contemporaneidade:

Compreender os valores atribuídos e como eles se conectam aos atributos patrimoniais é o caminho para uma visão integralizada entre as três noções. Pode-se, assim, afirmar que o nível de significância cultural influi diretamente na forma como se conduzirá a ação de conservação. Valores podem estar em conflito e o entendimento da significância cultural do bem permite hierarquizá-los e orientar o processo de conservação para que seja priorizada a manutenção no tempo daqueles mais relevantes. De acordo com Silva (2012, p.52), "níveis elevados de significância exigem, a princípio, pequenas intervenções, e a integridade determina o quanto de modificação pode vir a acontecer". Dito de outra forma, quanto mais valorado for um bem, menos se deve modificar os seus atributos patrimoniais. (LIRA, 2020, p. 13)

A noção de integridade e o estabelecimento da importância desse conceito no campo da preservação do patrimônio vem se tornando cada mais evidente ao longo dos últimos anos. A incorporação institucional dessa noção acontece em 1995, quando o Park Service dos Estados Unidos definiu critérios para avaliar a integridade dos lugares históricos em processo de registro (LORETO, 2018). Em 2005, numa tentativa de aproximar as categorias de patrimônio natural e cultural, a UNESCO, por meio do Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, estabelece o conceito de integridade, relacionando o seu entendimento à análise de completude e caráter intacto dos atributos de um bem, ou seja, se o bem possui elementos suficientes para expressar o valor universal excepcional (Outstanding Universal Value - OUS) como patrimônio mundial:

Integridade é uma medida da inteireza e de estar intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos. Examinar as condições de integridade requer que se acesse a extensão na qual o bem:
a) inclui todos os elementos necessários para ex-

pressar o seu valor universal excepcional; b) seja de dimensão adequada para assegurar a completa representação das características e processos que atribuíram a esse bem significado; c) tenha sofrido efeitos adversos do desenvolvimento e/ou por negligência (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2013, p. 23, tradução nossa).

Apesar da importância do conceito de integridade no processo de conservação do patrimônio, ainda não há um consenso claro quanto ao sentido exato de sua aplicação e ao estabelecimento de parâmetros específicos que possam guiar a sua avaliação na prática. Antes de aprofundar a discussão sobre integridade, é importante expor o entendimento sobre autenticidade:

A autenticidade refere-se à capacidade de ser verdadeiro. A autenticidade depende da capacidade que se tem de julgar o quanto os atributos físico-materiais (genuinidade do material) e não materiais (genuinidade da organização do espaço e da forma; genuinidade da função) expressam os valores do patrimônio de forma verdadeira ou falsa (SILVA, 2012, p. 65).

Com relação à distinção entre autenticidade e integridade, Lira (2020, p.8) afirma:

Jokilehto (2006b), em seu artigo 'World heritage: defining the outstanding universal value', buscando iluminar as diferenças conceituais entre as duas noções, dispõe que a autenticidade se relaciona ao patrimônio como um qualificador e é aplicada exclusivamente ao patrimônio cultural. A integridade, por sua vez, está relacionada à identificação das condições funcionais e históricas de um sítio cultural ou natural. Os dois conceitos podem ser tidos como complementares; no entanto, um não substitui o outro.

Realizada essa distinção entre esses que são "conceitos irmãos", é preciso buscar compreender os fundamentos que caracterizam a integridade para estabelecer parâmetros que possam auxiliar sua avaliação na prática da conservação, já que ainda não há um entendimento consensual sobre como esta deve ser avaliada.

A seguir, faz-se uma breve análise quanto aos aspectos ligados à noção que se tem de integridade em um momento anterior e posterior ao estabelecimento de seu conceito formal através do Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention da UNESCO (2005), momento este entendido como um marco na difusão das discussões sobre os desafios teóricos, metodológicos e procedimentais com vistas à sua aplicação.

Escritos Anteriores ao Estabelecimento do Conceito de Integridade

Anteriormente ao reconhecimento do conceito de integridade pelo *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (2005), embora não houvesse ainda o entendimento exato do conceito, observa-se, nos escritos de teóricos do século XIX e XX, elementos que estabelecem fundamentos que podem ajudar no entendimento da noção de integridade e sua avaliação na prática da conservação. A interpretação da obra de autores como John Ruskin (2008), Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (2000), Camilo Boito (2002) e Cesare Brandi (2004) mostra que suas teorias a respeito do restauro, embora sob abordagens diversas, apresentam elementos ligados à noção de integridade, principalmente no que diz respeito à materialidade do patrimônio.

O sentido de completude mencionado nas análises dos escritos anteriores ao estabelecimento do conceito de integridade está ligado à existência de um número suficiente de elementos na obra para expressar o seu valor e se tais elementos possuem dimensão suficiente para expressar a significância da obra.

Pode-se interpretar o sentido de integridade em Ruskin (2008) em relação à capacidade de expressão histórica do edifício como testemunho da passagem do tempo, fazendo deste um instrumento de memória. O grau de completude e a integridade que o edifício deve possuir é marcado por seu tempo de existência e pelo seu acúmulo de significados.

Dessa forma, mesmo que o edifício pareça incompleto no sentido material, pela existência de lacunas em seu aspecto visual, ainda assim deveria ser considerado íntegro se tais lacunas representassem a expressão temporal que atesta sua idade legítima. O sentido de completude ligado à obra traz consigo uma noção de integridade atrelada à passagem natural do tempo.

Ao interpretar Viollet-le-Duc (2000), a integridade de um edifício poderia estar relacionada à sua compatibilidade como modelo ideal de concepção e projeto, ou seja, o tempo, para ele, não seria necessariamente determinante como referência a ser utilizada para avaliar a completude da obra, mas, sim, se as intervenções feitas sobre a obra buscavam uma manifestação do estilo arquitetônico ideal de referência.

A noção de perda de integridade, nesse caso, se relacionaria com a incompletude do objeto em relação a

um modelo ideal de referência e poderia ser restabelecida caso o objeto fosse reconstruído em um estado idealizado, um modelo ideal, mesmo que tal reconstrução não representasse a passagem verdadeira do tempo sobre a obra.

Ao analisar Boito (2002), pode-se relacionar a integridade como estando diretamente relacionada com a qualidade patrimonial do objeto, permitindo a expressão de sua autenticidade e de sua historicidade como representantes do seu caráter singular enquanto obra de arte. Ou seja, para ser íntegro, o edifício deveria manter os atributos que expressam os seus valores patrimoniais.

Ser íntegro, desse ponto de vista, teria relação com a interpretação da expressividade histórica e artística, ainda que haja fragmentações ou alterações na materialidade do objeto em relação ao seu estado original. A completude da obra estaria relacionada com o estado de representação dos valores atribuídos a ela, representados por seus atributos, considerando que tais valores são passíveis de reinterpretação pela sociedade através da passagem do tempo.

A noção de integridade pode ainda ser interpretada na obra de Brandi (2004), estando, nesse caso, diretamente relacionada com as instâncias estética, ao destacar a importância da materialidade do bem enquanto obra de arte, e histórica, ao evidenciar cada objeto como resultado de um momento específico no tempo, devendo essa condição ser respeitada de forma a evitar a criação de falsos históricos.

O autor analisa o sentido da obra de arte por inteiro ou se essa pode ser entendida como tal a partir de suas partes, apresentando o que define ser a unidade potencial da obra de arte. Tal conceito mostra que as partes de uma obra, quando desprovidas do contexto que dá sentido e valor ao todo como unidade, não carregam sozinhas esse mesmo valor de obra de arte, gerando um sentido de perda de unidade.

Nesse ponto, a obra de arte não pode ser entendida como um total, mas, sim, como um inteiro, pois embora pudesse possuir as mesmas partes constituintes, desalinhadas do sentido original, não formariam o mesmo inteiro que constitui o valor da obra de arte.

Dogliani (1997), ao discorrer sobre a autenticidade dos objetos arquitetônicos e urbanísticos, levanta interessante discussão a respeito da natureza dos elementos físicos que os compõem a partir do noção brandiana

de unidade potencial quando afirma que a arquitetura “é pela sua natureza um total, para adotar a distinção de Brandi; mas é também em muitos casos, ao mesmo tempo, um inteiro porque todas as partes operam para formar uma unidade, que reconduz ao projeto de arquitetura com base no qual a construção foi realizada”.

Segundo esse conceito de unidade potencial, que diz muito sobre a noção de integridade, a obra de arte não representa seu valor por partes e, ainda que seja constituída por partes, deve subsistir como um todo em cada um de seus pedaços, ou seja, cada um de seus fragmentos deve possuir uma conexão direta com os traços formais remanescentes da obra de arte original.

A intervenção que busca resgatar a unidade potencial originária deve fazê-la a partir da unidade potencial dos fragmentos do todo, ou seja, das sugestões implícitas nos fragmentos remanescentes, testemunhos autênticos do estado original da obra.

Dessa forma, a integridade poderia ser entendida, buscando como referência as instâncias estética e histórica do bem, de forma que a consistência física e material do bem possa expressar a imagem como um inteiro diante da percepção dos sujeitos que atribuem valor a ele.

Se esse inteiro passa a ser representado de forma incompleta nos sentidos estético e histórico inerentes à valoração do bem diante da passagem do tempo e da análise atribuída pelos sujeitos que a percebem enquanto obra de arte, haveria perda de integridade do bem por quebra do sentido de unidade potencial desta.

Considera-se que os escritos mencionados já apontam questões essenciais para a avaliação contemporânea da integridade, tais como o entendimento do que seria a completude da obra, o entendimento da obra enquanto unidade com valoração histórica e estética e a importância da passagem do tempo no processo dessa valoração, podendo ser reinterpretada diversas vezes pelos sujeitos fruidores do bem.

Escritos Posteriores ao Estabelecimento do Conceito de Integridade

Em 2005, o Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention estabelece o conceito de integridade, relacionando o seu entendi-

mento à análise de dos elementos de completude e caráter intacto dos atributos de um bem, ou seja, se o bem possui elementos suficientes para expressar o valor deste como patrimônio.

Segundo o Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (2005), portanto, “a integridade é uma apreciação da completude e do caráter intacto do patrimônio e de seus atributos”. Avaliar a integridade de um bem significa, portanto, avaliar até que ponto ele possui os elementos necessários para expressar o seu Valor Universal Extraordinário (*Outstanding Universal Value*) e se esses elementos possuem dimensão suficiente para expressar a significância.

Embora, no sentido teórico, o conceito de integridade tenha sido estabelecido como elemento de grande importância no processo de conservação, na prática, a aplicação deste não se torna clara. Diante da complexidade de aplicação e avaliação do conceito, autores como Zancheti e Hidaka (2010), Silva (2012) e Loreto (2016) destacam a importância da aplicação prática do conceito de integridade no processo de conservação do patrimônio.

Loreto (2016) ressalta que, no sentido metodológico, o conceito de integridade não possui um sentido claro de operacionalização e aplicação, o que dificulta a realização das ações de conservação, embora já exista um entendimento consolidado da importância da avaliação da integridade com um dos aspectos essenciais das ações de conservação sobre o patrimônio.

Jukka Jokilehto (2006a) trouxe uma contribuição significativa sobre a noção de integridade, em muitos aspectos distinta daquela estabelecida no *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* de 2013. Para esse autor, o processo de avaliação da integridade do patrimônio deve envolver três *dimensões*: a sociofuncional (que se relaciona à identificação de funções e processos nos quais a evolução do bem ao longo do tempo foi baseada, como aqueles associados com a interação da sociedade, funções espirituais, utilização de recursos naturais e movimento de pessoas), a estrutural (àquilo que sobreviveu no tempo dos elementos espaciais que documentam essas funções e processos) a visual (aspectos visuais representativos de uma área e do seu entorno). As três dimensões podem ser interpretadas como camadas que se sobrepõem e que, unidas, revelam as condições de integridade do bem e a base para o desenvolvimento do seu sistema de gestão.

Herb Stovel (2007), certamente percebendo a imbricação entre autenticidade e integridade e os desafios que isso traria à aplicação prática, construiu uma análise unificada das questões relativas à autenticidade e à integridade do bem, propondo tratá-las como uma categoria única, autenticidade/integridade, a partir de seis aspectos: inteireza (*wholeness*), estado intacto (*intactness*), genuinidade material (*material genuinities*), organização do espaço e forma (*organization of space and form*), continuidade da função (*continuity of function*), continuidade do entorno (*continuity of setting*). Cada bem, considerando seu tipo construtivo e seu processo histórico de formação, deveria atender a um específico de autenticidade/integridade esperado.

Entende-se, portanto, que a integridade tem uma relação direta com o sentido de completude do objeto e que tal completude deve ser avaliada a partir de um ponto de referência específico para cada caso avaliado, considerando as condições históricas e artísticas inerentes a cada objeto.

Ressalta-se que não é qualquer falta de fragmento que afeta a integridade, mas aquela que esteja relacionada com os atributos que carregam o valor patrimonial da obra. Dito de outra maneira, não é qualquer perda de material que gera perda de integridade, mas somente aquela que torna incompletos os atributos que expressam os valores do bem.

A busca pelo restabelecimento da integridade deve estar relacionada à manutenção do sentido de unidade do bem em sua consistência física. Os fragmentos e lacunas que afetam os atributos que carregam o valor da obra e que passam a fazer parte da matéria podem desconstruir o sentido de unidade desta e contribuir para a perda de integridade e de significância do bem.

Desafios da avaliação da integridade na conservação da arquitetura moderna

Para BARDESCHI (2004), não há dúvida de que o processo histórico muda a cidade, muda os edifícios, muda tudo, e é determinante também por modificar e por fazer evoluir novos níveis sucessivos de identidade da cidade e da arquitetura. Para esse autor, “a arquitetura é uma obra não de um autor, mas de uma sociedade, de uma coletividade”. Nesse sentido, perdas e transformações são inevitáveis e precisam ser compreendidas no processo de julgamento da integridade do bem.

Todavia, não há dúvida de que o processo de degradação da matéria contribui para a perda de integridade, pois gera perdas materiais que, muitas vezes, afetam diretamente a unidade potencial da obra de arte. No caso dos edifícios da arquitetura moderna, a importância da avaliação da integridade se torna mais evidente, considerando que muitos desses edifícios se encontram em constante processo de degradação diante da utilização de técnicas e materiais cuja durabilidade tem se mostrado fortemente impactada pela passagem do tempo.

Um dos problemas da conservação desses edifícios é que grande parte de sua superfície é constituída de concreto armado aparente, ficando diretamente exposta aos agentes que causam degradação e, por isso, chegam aos dias atuais com constantes manifestações patológicas ocasionadas pela ação de intempéries e outros fatores.

Quando tais edifícios não possuem atividades de manutenção frequentes, aumenta a possibilidade de evolução dessa degradação, podendo levar à perda de seu valor histórico e à sua conseqüente descaracterização.

Dessa forma, por conta da necessidade de desaceleração desse processo de degradação, leva-se o bem a um novo estado de completude, ou seja, restabelece-se a sua integridade, em detrimento de uma possível perda de autenticidade e significância cultural, através da complementação dos fragmentos perdidos da obra com materiais não originais.

Como já exposto, os desafios da conservação da arquitetura moderna relacionam-se ao uso dos materiais e da tecnologia e têm uma relação muito significativa com o caráter inovador e o alto grau de experimentação da época de construção dos edifícios, além do aparecimento de novos materiais e do uso de materiais tradicionais de formas ainda não testadas.

De acordo com Macdonald (2003), foi o que aconteceu com o uso do concreto aparente, dos perfis metálicos, dos grandes painéis de vidro, dos plásticos, das telhas de alumínio, do amianto, do cobogó e dos elementos em fibras de vidro. A consequência foi a constatação de edificações com vida útil reduzida e com falta de manutenções adequadas, necessitando de reparos significativos e de substituições de extensos componentes em prazos muito menores que o esperado.

Quando se trata especificamente da conservação da arquitetura moderna, observa-se haver ao menos

duas tendências claras, uma que privilegia a recomposição do projeto original e outra que entende que as falhas materiais e as alterações deixadas pela passagem do tempo precisam ser consideradas pela sua importância historiográfica. Moreira (2010) e Prudon (2008) refletem bem essas posições aparentemente antagônicas:

“ (...) não podemos superestimar o valor dos materiais, porque, como já foi notado por vários autores, os materiais por si sós não definem a essência dessa arquitetura, mas a forma como eles foram usados e o espaço que eles criaram.” (MOREIRA, 2010)

“O conceito de projeto, os desenhos e o edifício como construído (as built) tudo isso informa a história e a significância da estrutura como um todo; como resultado, a substituição por materiais ou sistemas construtivos melhores, desde que as vezes necessária, deve ser considerada com precaução” (PRUDON, 2008, p.41)

Considerar o projeto original com objetivo de preservação, quando realizado corretamente, não diz respeito a optar pela substituição sem critérios de materiais originais, nem a reconstrução completa no mesmo local ou a produção de uma réplica em local distinto, mas, sim, agir de modo mais embasado e sólido com relação à sua integridade do edifício (PRUDON, 2008).

Analisando o contexto das obras do patrimônio moderno, percebe-se que diversas intervenções realizadas sobre elas tiveram, muitas vezes, que lidar com decisões que buscaram priorizar a integridade ou a autenticidade, escolhendo, em alguns casos, uma em detrimento da outra pela impossibilidade de manutenção da completude e da veracidade material do bem de forma simultânea.

Um exemplo de intervenção conservativa em obras da arquitetura moderna é a do edifício Crown Hall (1950-1956) (Figura 1) em Chicago, do arquiteto Mies van der Rohe. Em busca da restituição da integridade do edifício e da desaceleração de seu processo de degradação, priorizou-se a substituição de materiais em detrimento da manutenção da autenticidade dos materiais originais das esquadrias. Dessa forma, priorizou-se a completude da obra em seu sentido estético e visual, ao invés de manter o material original de valor histórico, degradado pela ação do tempo no objeto.

No caso do Finlândia Hall (1967-1971) em Helsinki, de Alvar Aalto (Figura 2), com seis anos de sua construção, os painéis de mármore carrara que revestiam



Figura 1
Crown Hall em Chicago, de Mies Van der Rohe
Fonte: (GADELHA, 2013)

as fachadas passaram a apresentar deformações por conta de fatores como a fina espessura do material, a poluição da cidade e o sistema de ancoragem ineficiente, além da escolha inapropriada do material.

A intervenção optou por substituir os painéis existentes através da utilização de um mesmo tipo de mármore, entendendo que a aparência do edifício possuía uma importância significativa para a significância e para a memória do público. Dessa forma, a significância estaria mais relacionada ao aspecto externo do material do que ao próprio material, mantendo a significância e a integridade em detrimento da autenticidade.

Macdonald (1996) aponta outro exemplo de intervenção em um exemplar da arquitetura moderna, em que os blocos de concreto e os elementos vazados da Igreja de Notre Dame du Raincy (1922-1923) (Figura 3), de Auguste Perret, tiveram que ser substituídos gradualmente por conta do aparecimento de fissuras e de instabilidade da estrutura. Nesse caso, novamente



Figura 2
Finlândia Hall (1962) em Helsinki, de Alvar Aalto
Fonte: (SILVA, 2012)

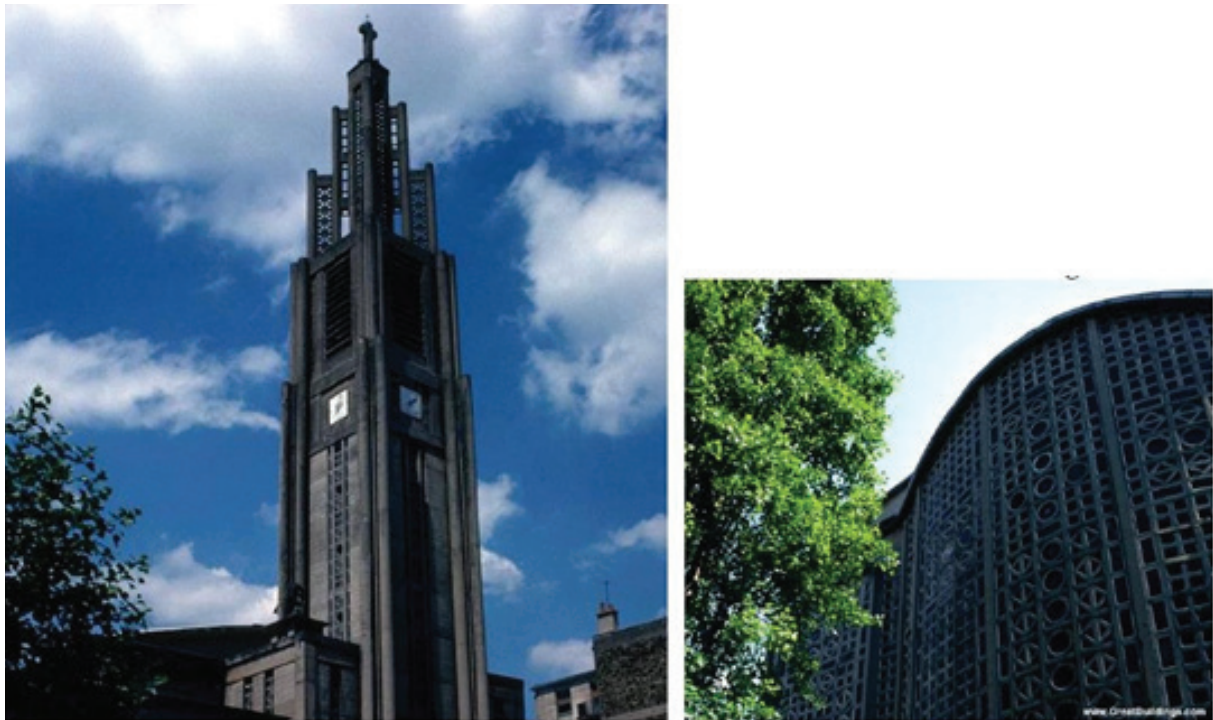


Figura 3
Igreja Notre Dame du Raincy (1922-1923), de Auguste Perret
Fonte: (SILVA, 2012)

optou-se pela manutenção da integridade em detrimento da perda de autenticidade do material original.

Quando a integridade é alterada, percebe-se que há um grande risco de se impactar negativamente sobre a manutenção do valor do bem, o que deve ser evitado ao máximo pelo processo de conservação, como foi o caso das intervenções apresentadas, em que optou-se pela substituição de materiais originais, buscando-se resgatar um sentido de completude ligado à aparência física do bem enquanto elemento valorativo de memória que representava, naquele momento da intervenção, a significância da obra enquanto patrimônio.

A análise da relação entre os conceitos de significância cultural, integridade e autenticidade dentro do processo de conservação do bem mostra, dessa forma, que é importante buscar a sua operacionalização prática nos processos de intervenção sobre o patrimônio, de modo a evitar o máximo possível que haja perdas de valor patrimonial, sejam elas em caráter material ou imaterial.

Percebe-se que a autenticidade, quando se relaciona com a sobrevivência dos materiais originais, muitas vezes, não pode ser restaurada ou ampliada devido à aceleração do processo de degradação do material

com a passagem do tempo. No caso da conservação do patrimônio moderno, muitas vezes, é necessário priorizar os aspectos da materialidade, pois, sem o caráter íntegro do bem, a significância também pode ficar comprometida.

Além disso, quanto mais impactantes forem as intervenções necessárias diante de um acelerado processo de degradação do material, maior será a perda de autenticidade como consequência imediata, pois mais materialidade original pode vir a ter que ser substituída para resgatar a existência física e a integridade do bem. Com a perda da autenticidade, uma parte da significância cultural ligada à originalidade do material também pode ser perdida, pois, como afirma Doglioni (1997), "a autenticidade não é o maior valor do monumento, mas é a condição de todo valor que este possa ter.

Em casos de extrema deterioração, por exemplo, para restituir o sentido de unidade potencial, seria necessário, muitas vezes, reconstruir grande parte do bem, conferindo-lhe uma nova unidade potencial, o que poderia comprometer a significância no sentido de uma perda considerável de sua autenticidade gerada pela completa substituição de materiais.

Considera-se, dessa forma, que a operacionalização do conceito de integridade é um ponto de grande importância para a conservação do patrimônio, pois sua avaliação permite avaliar a completude da obra no sentido material e auxiliar nas decisões de intervenção do ponto de vista da manutenção do valor patrimonial.

Dito de outra forma, a avaliação da integridade pode servir como parâmetro essencial nas decisões de intervenção sobre o patrimônio, à medida em que seu nível de perda pode indicar a necessidade de intervenções em um momento anterior a um estado emergencial de degradação, o que poderia evitar intervenções em caráter de urgência que possam gerar descaracterizações e perdas a nível de significância e também de autenticidade do bem. Nesse sentido, ações rotineiras de manutenção, preferencialmente parte de um plano de gestão da conservação, deveriam ser condição primordial para todo e qualquer bem de interesse histórico e cultural, sendo ainda mais latente sua necessidade para os modernos:

Mudanças sensíveis que mantenham os recursos significantes e prevejam mudanças futuras, em razão da funcionalidade está em constante modificação no tempo, afastará a obsolescência ao mesmo tempo em

que se atenderá aos objetivos da preservação. (PRUDON, 2008, p. 34)

Considerações finais

O conceito de integridade ainda possui um sentido de aplicação relativamente recente no campo da preservação do patrimônio e também ainda apresenta dificuldades no sentido de operacionalização na prática diante de sua complexidade de aplicação e avaliação.

Se a consistência física da obra passa a ser afetada, os aspectos de significância e autenticidade também passam a ser ameaçados, pois a perda material pode levar à necessidade de intervenções cada vez mais impactantes no intuito de minimizar o processo de degradação ou de restabelecer a durabilidade e o desempenho perdido pela ação da passagem do tempo.

Entende-se que a integridade deve ser considerada em conjunto com os conceitos de significância cultural e autenticidade, mas deve ser operacionalizada como ponto central do processo de conservação do patrimônio moderno, pois pode apontar a necessidade de intervenções e ações de manutenção que possam restabelecer a integridade do bem em momento anterior à necessidade de intervenções emergenciais que exijam ações de maior impacto sobre a significância e a autenticidade do bem, como é o caso da substituição de materiais originais degradados pela ação do tempo.

Referências

BARDESCHI, Marco Dezzi. Autenticità materiale contro mera analogia formale: due nozioni (e due diverse scelte) in ogni parte del mondo. In: VALTIERI, Simonetta (org.). *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. Università degli studi Mediterranea, Reggio Calabria, Italia. Roma: Nuova Argos, 2004, p. 132-145.

BOITO, Camilo. *Os Restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

DOGLIONI, Francesco. *Stratigrafia e restauro: tra conoscenza e conservazione dell'architettura*. Trieste: Edizioni Lint, 1997.

GREMENTIERE, Fabio. The preservation of nineteenth- and twentieth-century heritage. In Oers, R.V., Haraguchi, S., editors. *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/ WHC, 2003.

JOKILEHTO, J. Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context. *City and Times*, v. 2, n. 1 p. 1-15, 2006a. Available from: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-44.pdf>. Cited: June 4, 2018.

JOKILEHTO, Jukka. Continuity and change in recent heritage. In: OERS, R.V.; HARAGUCHI, S. (Ed.). *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/WHC, 2003. p. 101-109.

LIRA, Fláviana. Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade. *Patrimônio e Memória*. São Paulo: UNESP, v. 14, p. 272-298, 2018.

LIRA, F. B. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. *Oculum Ensaios*, v. 17, e204365, 2020. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4365>

LORETO, Rosane. *As [Des]Venturas da Integridade no Patrimônio Mundial*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MACDONALD, Susan. Reconciling Authenticity and Repair in the Conservation of Modern Architecture. *Journal of Architectural Conservation*, v. 2, n.1, p.36-54, 1996.

MACDONALD, Susan. 20th Century Heritage: Recognition Protection and Practical Challenges. In: ICOMOS, World Report. *ICOMOS World Report 2002-2003 on Monuments and Sites in Danger*, Paris, 2003. pp. 1-14.

MOREIRA, F. D. *Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna*. Olinda: ed. Centros de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2010. (Texto para discussão, n.46).

PRUDON, Theodore. *Preservation of modern architecture*. New York: John Wiley, 2008.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SILVA, Paula. *Conservar, uma Questão de Decisão. O Julgamento na Conservação da Arquitetura Moderna*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

STOVEL, Herb, 2007. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. *City & Times*, Vol. 2, n. 3, 2007.

UNESCO, World Heritage Centre. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugene. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lúcia. Um Indicador para medir o Estado de Conservação de Sítios Urbanos Patrimoniais: Teoria e Estrutura. *Indicadores de Conservação e Sustentabilidade na Cidade Patrimonial*. Olinda: CECI, 2010.